
Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.n26.31069>

A Universidade de Coimbra e as diversas apropriações da chancela internacional de Patrimônio da Humanidade atribuída pela UNESCO*

The University of Coimbra and the various appropriations of the international seal of Patrimony of Humanity attributed by UNESCO

La Universidad de Coimbra y las diversas apropiaciones del sello internacional del Patrimonio de la Humanidad atribuido por la UNESCO

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus**

<https://orcid.org/0000-0002-1377-8829>

RESUMO: O intuito do artigo é apresentar os resultados da primeira parte da pesquisa ligada ao projeto interdisciplinar “Os diversos usos dos espaços institucionais na preservação do Patrimônio Cultural”, na qual buscou-se analisar o uso e a apropriação da Universidade de Coimbra (UC) e da própria cidade em questão por diversos agentes, a partir da apresentação da instituição de ensino como um Patrimônio Cultural da Humanidade e seus bens edificados como acervos de um museu a céu aberto. A hipótese levantada é que a nomeação pela UNESCO, em 2013, alavancou a iniciativa de utilizar a marca “Coimbra”, especificamente por meio de seu Patrimônio Cultural-Educacional, como um verdadeiro *soft power*, objetivando reestabelecer a notoriedade da cidade e da Universidade como espaço de desenvolvimento educacional e de pesquisa de ponta em caráter mundial.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra. Patrimônio Cultural. Relações Internacionais. Patrimônio da Humanidade.

ABSTRACT: The purpose of the article is to present the results of the first part of the research linked to the interdisciplinary project “The different uses of institutional spaces in the preservation

* Pesquisa financiada pelo programa de incentivo à pesquisa docente da PUC-SP, “PEXT-PUC-SP- Estágios de Curta Duração no Exterior”, contemplado pelo EDITAL PIPEq 3801/2018 e, também pela linha de incentivo à pesquisa em Patrimônio Cultural e Memória da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.

** Doutor em História (UNESP), Pós-Doutor em História da Arte (UNICAMP), Superintendente da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e pós-doutorando do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes (DHEEAA) da FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a supervisão do professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes. Foi Diretor do Museu da Cultura da PUC-SP entre 2016-2019, além de ser professor concursado no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação de tal Universidade no mesmo período. E-mail: cnobregadejesus@yahoo.com.br

of Cultural Heritage”, in which we sought to analyze the use and appropriation of the University of Coimbra (UC) and of the city itself in question by several agents, from the presentation of the educational institution as a Cultural Heritage of Humanity and its assets built collections of an open-air museum. The hypothesis raised is that the nomination by UNESCO, in 2013, leveraged the initiative to use the “Coimbra” brand, specifically through its Cultural-Educational Heritage, as a true soft power, aiming to reestablish the city's and University's notoriety as a space for cutting-edge educational development and research worldwide.

Keywords: University of Coimbra. Cultural Heritage. International Relations. World Heritage.

RESUMEN: El objetivo del artículo es presentar los resultados de la primera parte de la investigación vinculada al proyecto interdisciplinario “Los diferentes usos de los espacios institucionales en la preservación del Patrimonio Cultural”, en el que buscamos analizar el uso y la apropiación de la Universidad de Coimbra (UC) y de la ciudad en cuestión por diversos agentes, desde la presentación de la institución educativa como Patrimonio Cultural de la Humanidad y sus activos construidos como colecciones de un museo al aire libre. La hipótesis planteada es que la nominación por la UNESCO, en 2013, aprovechó la iniciativa para utilizar la marca “Coimbra”, específicamente a través de su Patrimonio Cultural y Educativo, como un verdadero poder blando, con el objetivo de restablecer la notoriedad de la ciudad y la Universidad como un espacio para el desarrollo educativo y la investigación de vanguardia en todo el mundo.

Palabras clave: Universidad de Coimbra. Patrimonio Cultural. Relaciones Internacionales. Patrimonio Mundial.

Como citar este artigo:

Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. “A Universidade de Coimbra e as diversas apropriações da chancela internacional de Patrimônio da Humanidade atribuída pela UNESCO”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 95-122.

Introdução

O intuito do artigo é apresentar os resultados da primeira parte da pesquisa ligada ao projeto interdisciplinar de pós-doutorado “Os diversos usos dos espaços institucionais na preservação do Patrimônio Cultural”¹, na qual buscou-se analisar o uso e a apropriação feitos pela Universidade de Coimbra (UC) a partir da chancela atribuída pela UNESCO de Patrimônio Cultural da

¹ O projeto é uma das várias partes da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida desde 2018 no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes (DHEEAA) da FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e supervisionadas pelo professor Dr. João Paulo Avelãs Nunes.

Humanidade em 2013². Tal marca atribuiu status de excepcionalidade mundial aos seus bens edificados e práticas culturais, o que do nosso ponto de vista colaborou para um maior desenvolvimento de suas estratégias políticas de divulgação internacional. A ideia utilizada é a de que a nomeação garantiria que fossem não só apreciados integralmente em caráter mundial, mas também apropriados como bens pertencentes a toda humanidade, o que auxiliaria na consolidação de sua imagem na atração de estudantes estrangeiros, do turismo e principalmente de divisas financeiras. O documento utilizado para chegar-se a tais hipóteses foi o Dossiê de Candidatura da UC-Alta e Sofia, entregue à Unesco em 2012, contando com mais de duas mil páginas (dividida em sete volumes: Candidatura a Patrimônio Mundial; Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Execução; Planos Diretores; e Zona de Proteção) o escrito foi fruto de um estudo de um grupo interdisciplinar de investigadores e técnicos ligados à questão do Patrimônio Cultural.

Entre outras questões notou-se em tais escritos a intencionalidade de apresentar a arquitetura a ser avaliada como acervo de um museu a céu aberto, ideia que está ligada às iniciativas da “Nova Museologia” e de seus conceitos relacionados a museus comunitários e de território, temas que foram estudados em fases anteriores da pesquisa e objeto de outros artigos e, por isso, não serão abordados profundamente aqui³. A hipótese levantada nessa parte da pesquisa é que com tal nomeação atribuída pela UNESCO, em 2013, alavancou-se a possibilidade de utilizar a marca “Coimbra”, especificamente por meio de seu Patrimônio Cultural-Educacional, como uma política internacional estratégica de divulgação e propaganda, que objetivava reestabelecer a notoriedade da cidade e da Universidade como espaço de desenvolvimento educacional e de pesquisa de ponta, em caráter mundial. Situação que, conseqüentemente, atrairia, a partir daí, um maior fluxo turístico cultural e educacional, o que poderia colaborar, imensamente, para um maior desenvolvimento econômico e social de toda região da cidade portuguesa.

Tal prática pode ser denominada como *soft power* ou “poder brando”, – conceito do início dos anos 1990 advindo da área de Relações Internacionais, criado pelo cientista político, norte-

² A UNESCO foi criada pela organização internacional de caráter governamental United Nations(ONU), em 1945, a fim de auxiliar a “manutenção da paz e da segurança, estreitando a colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos”. De acordo com suas diretrizes propõe-se a auxiliar o estabelecimento de um diálogo intercultural entre sociedades globalizadas (UNESCO, 2016).

³ A partir dos anos 1980, novas experiências museais abriram caminho para o Movimento Internacional da Nova Museologia, que no final do século XX, ajudou a concretizar a ideia de museu construído por muitos e para todos, tendo dentre suas linhas teóricas (Cf. Moutinho; 1993, 1; Varine, 2000, 62). Tais premissas foram discutidas em outra fase da pesquisa na qual se elegeu dois estudos de casos: a relevância cultural da PUC-São Paulo e seu prédio do campus de Perdizes, e o Patrimônio Arquitetônico de uma específica região do interior do Estado de São Paulo, a denominada “Boca do sertão”, onde se localizam cidades como Indaiatuba, Sorocaba, Itu, Jundiaí e Campinas. Os temas foram tratados em artigos específicos a conferir: *Museu da Cultura (PUC-SP): patrimônio cultural, história e memória, olhares distintos a partir da nova museologia* (2018) e *Da “Boca do sertão” ao ouro verde: Indaiatuba, Itu e a evolução da arquitetura rural paulista* (2018).

americano Joseph Nye Jr. para “designar habilidades de persuasão na esfera decisiva de governos e na estratégia geopolítica de Estados-Nacionais. Trata-se da busca por alternativas ao uso da força física, à exclusividade do poderio bélico, à intervenção militar e, no limite, à guerra” (Hollanda 2017, 9). A definição de *soft power* dado pelo próprio Joseph Nye Jr. reza que a prática de caráter internacionalista se caracteriza principalmente pela: “[...] the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country’s culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced” (Nye 2004, 14). Assim, de acordo com ambas as considerações, *soft power* ou “poder brando” pode ser entendido como uma prática da política externa utilizada pelos Estados Nacionais ou como propõe a paradiplomacia, pelas entidades subnacionais, para desenvolver a influência e atração externa por meio da cultura ou de práticas culturais, substituindo assim o poder bélico e/ou econômico (*hard power*), costumeiramente utilizado em tais iniciativas⁴. Situação que ao nosso ver pode definir as estratégias de divulgação e internacionalização utilizadas pela UC, principalmente depois que foi nomeada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 22 de junho de 2013. Por outro lado, não se desprezou o fato de que tal classificação foi vista com cautela por muitos especialistas, que creditam a tal iniciativa a redução das “características particulares do lugar para melhor adequá-las à classificação mundial do patrimônio”, fazendo com que os interesses do órgão supranacional se sobreponha aos do Estado à medida que disciplina as ações de proteção àquele patrimônio, revelando que as políticas externas de preservação do patrimônio podem vir a deixar de lado bens ou práticas culturais verdadeiramente reconhecidas pela comunidade local. (Almeida 2017, 32-72).

Assim, fica evidenciado que a problematização apontada na pesquisa depende do diálogo interdisciplinar, da História, com a Arquitetura, com a Museologia e principalmente com as Relações Internacionais no campo da Diplomacia Cultural, ramo ainda pouco estudado, mas que, aos poucos, vai ganhando espaço devido ao fato de que cada vez mais “no cenário contemporâneo (...) os conflitos e demandas socioculturais aparecem no cerne da dinâmica das relações internacionais”. (Barão 2014, 77). Nesse sentido Rodrigo Christofolletti (2017, 15) tratou de abrir um leque de possibilidades para enxergar os bens culturais como instrumentos a serviço de uma

⁴ Por critérios iniciais de argumentação, a paradiplomacia corresponde minimamente à inserção internacional de atores subnacionais ou à ação direta internacional por parte dos atores subnacionais que complementam e/ou desafiam as políticas centrais do Estado. Tais atores subnacionais compreendem ‘cidades, municípios, estados federados, províncias, departamentos, regiões, cantões, condados, conselhos distritais, comunidades autônomas’ (...)” (Junqueira 2018, 43). Apesar de não haver unanimidade da definição de Diplomacia Cultural na maioria das tentativas de conceituação, o termo pode ser entendido como “O canal da política externa responsável pela promoção da cultura e dos valores nacionais no exterior” (Barão 2014, 86).

prática política internacional, sendo que para isso eles “traduzam valores universais”. Caso notório, nesse sentido, é o intuito do uso do Patrimônio Cultural como instrumento de influência devido à legitimidade que ganha depois de ser chancelado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Segundo o autor tal apropriação é pontuada por uma série de questões, começando pelo fato de que o estudo das candidaturas e nomeações dos bens, por muito tempo, não fugiram dos parâmetros eurocêntricos e centralizados das economias mais poderosas do mundo. (Christofoletti 2017, 14, 21 e 24). Além disso, a conjuntura marcada pela globalização e o internacionalismo contribuiu para que a política de *soft power* pudesse ser feita também pelos entes chamados subnacionais (municípios, regiões, empresas, universidades, centros de pesquisa e organizações não governamentais) situação que pode ser vista na política externa portuguesa que será tratada, especificamente aqui, a partir do caso da Universidade de Coimbra (UC).

Assim, deve-se destacar que a pesquisa teve como seu objetivo primeiro buscar entender como o Patrimônio Cultural em Portugal passou a ser um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas, hipótese que foi desenvolvida após o contato com a Universidade de Coimbra e a pesquisa feita em loco em 2018, na qual notou-se as estratégias políticas e propagandísticas internacionais utilizadas pela Universidade e pela cidade de Coimbra ao se valer do seu Patrimônio Cultural, sua preservação e a chancela da UNESCO, para atrair, direta e indiretamente, diversas ações favoráveis para cidade e para UC.

A pesquisa apoiou-se no método investigativo baseado na análise e cruzamento de documentos, advindos de suportes e materialidades variadas como, por exemplo, os bens edificados da Universidade e da cidade de Coimbra, legislações diversas e o documento de candidatura encaminhada à UNESCO para a UC pleitear a chancela de Patrimônio da Humanidade.

Tais “documentos/monumentos” foram tomados como fontes históricas, buscando-se para tal fim os fundamentos teóricos e metodológicos ligados a tal ramo do saber⁵. Ao analisar a arquitetura edificada da Universidade e da cidade de Coimbra, dialogou-se, também com métodos da História da Arte, principalmente a partir da ideia de que tais fontes visuais são “(...) certamente uma das fontes mais ricas, que traz embutida nas escolhas do produtor todo o contexto na qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada” (Paiva 2002, 17). Nesse aspecto, ao ser tomado de tal forma, o bem edificado deve ser analisado como uma fonte histórica “(...) e assim como as demais, tem de ser explorada com muito cuidado”, ou seja, deve-se historicizar tal edificação patrimonial,

⁵ Tal conceito foi utilizado por Michel Foucault em 1969 no livro *Arqueologia do saber* (2009) e depois por Jaques Le Goff (1992, 547-548): “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.

indo além do óbvio e atentando-se às suas diversas representações e aos seus silêncios, para, a partir daí pontuá-la no campo histórico que foi produzida, apropriada, consumida, analisando-a como produto de um “contexto, incluindo as convenções artísticas (...) de um determinado lugar e tempo, bem como os interesses do artista, do patrocinador original ou do cliente” (Meneses 2003, 27-28).

Além disso, buscou-se também na própria teoria da história contemporânea o suporte para avaliar tais documentos tridimensionais e escritos, não como portadores de verdades absolutas, mas como verdadeiras construções ligadas a valores de um determinado tempo e espaço específico, ou seja, a partir da crítica e do questionamento de tais fontes, buscando, nas suas entrelinhas, no seu “não dito”, as evidências e sinais que possam vir a sustentar a nossa hipótese⁶. Mas, deve-se destacar que o método utilizado em tal investigação aqui apresentada partiu de uma elaboração teórico-metodológica que foi criada a partir do diálogo com tais propostas, o que não quer dizer que as reproduzimos como “receitas de bolo”, pois acredita-se que cada investigação científica requer uma metodologia original e específica referente à problematização levantada e depois desenvolvida, prática essa que atribui relevância e caracteriza a verdadeira pesquisa acadêmica.

Dessa forma, buscou-se historicizar o uso do patrimônio edificado e imaterial do sítio em questão, ou seja, procurou-se estudar a história das práticas culturais e costumes que foram utilizados para vários fins, salientando que já há tempos a UC lançava mão de estratégias de divulgação de suas potencialidades culturais, para divulgar a cidade em circuitos nacionais e internacionais. Coimbra, que abriga uma das mais antigas Universidades da Europa (século XIII)⁷, ao longo de sua trajetória teve um extenso histórico de apropriações e usos diversos, a partir de matizes variadas (políticas, econômicas, culturais e sociais), o que ajudou a moldar seu perfil

⁶ Parece ser óbvio, mas é bom sempre lembrar que tal prática ocorre somente por meio do ofício do historiador, muito bem definido desta forma por Marc Bloch: “Historiador é aquele que busca nos documentos, algo além de explicações explícitas, ou seja, buscam extorquir os esclarecimentos que eles não pretendiam fornecer” (Bloch 2001, 81), e segundo Michel de Certeau (2000, 77) as evidências, às vezes, estão naquilo que não está dito, ou seja, no que chamou de o “não dito”, o que reforça a recomendação de que é a tarefa do investigador encontrar aquilo que está submerso nas suas fontes investigativas.

⁷ Tendo sido criada em 1290, a Universidade de Coimbra é a primeira em Portugal e uma das mais antigas da Europa e “(...) reconhecida historicamente por ter sido a única Universidade portuguesa até 1911, com exceção do período em que coexistiu com a Universidade de Évora (Portugal), entre os anos de 1559 e 1759. Desse modo, seu impacto em relação ao universo do conhecimento foi universal, principalmente por corresponder ao império português e espanhol, de escala mundial, com a expansão marítima e seus “achamentos” (...) a Universidade passou por diferentes modos de uso e ocupação, sempre centrados no conhecimento, na pesquisa e no ambiente de ensino. Com a reforma universitária de D. João III, a Instituição Universitária foi transferida definitivamente de Lisboa para Coimbra. Essa alteração levou ao desenvolvimento de um polo escolar maior, devido ao grande afluxo estudantil e com a concessão de grande número de graus acadêmicos. (...) ocupou diferentes estruturas físicas, (...) inicialmente concentrada em colégios jesuítos, localizados na Rua da Sofia (...) o núcleo físico mais antigo da Universidade foi o Paço das Escolas. Anteriormente a seu uso universitário, era a antiga morada régia do país, o antigo Paço Real de Coimbra. Por conta disso, as instalações físicas trazem grande valor arquitetônico e decorativo ao conjunto do bem cultural, como a Biblioteca Joanina, que foi fundada como livreria de estudo e era reservada ao serviço da comunidade universitária (Almeida 2017, 216).

cultural, arquitetônico, patrimonial e imaterial. Tal prática é bem exemplificada nas diversas análises historiográficas panorâmicas dos usos políticos e ideológicos feitos tanto da Universidade, quanto da cidade na Reforma Pombalina (1792) e no Estado Novo Português (1933-1974). (Pires e Pereira 2010; Brites 2014; Rosamaninho 2006). Com isso, chegou-se a uma hipótese: de que tais singularidades fazem desse local um relevante exemplo para estudos e assimilações de práticas a serem aplicadas em outros casos e espaços, respeitando sempre as especificidades locais.

Dessa forma, fica claro que a investigação tem um caráter muito amplo, mas deve-se destacar que com os primeiros resultados da pesquisa houve o cuidado de apresentar, de forma detalhada, evidências que enfatizaram as práticas de *soft power* utilizadas como subsídios pela UC. Nesse quesito, nota-se o uso feito de forma estratégica de sua história, da sua memória, bem como dos processos de preservação e conservação do seu Patrimônio Cultural para dar bases ao desenvolvimento sustentável, tanto da cidade como da Universidade de Coimbra.

Deve-se atentar para o relevante planejamento de, primeiramente, fazer um projeto de candidatura junto à UNESCO para receber a classificação de Patrimônio da Humanidade e depois utilizar o sucesso de tal empreitada para fins econômicos, políticos e sociais. A iniciativa não ocorreu de uma hora para outra, ou seja, investiu-se capital financeiro, humano, intelectual e tempo para depois colher os frutos de tal estratégia por meio de iniciativas diversas, entre elas o turismo e o *marketing* no incentivo à procura da Universidade por estudantes estrangeiros.

Uma última ressalva deve ser feita aqui: a utilização de políticas ou de iniciativas de internacionalização de uma marca como *soft power* em proveito de um desenvolvimento sustentável, é uma ótima saída não só para questões econômicas e sociais, mas também para a prática de preservação de bens e ou iniciativas culturais, pois tal relação funciona como “uma via dupla: o patrimônio enquanto esteio do *soft power*, e o *soft power* enquanto vetor de preservação da cultura” (Christofolletti 2017, 37).

Bens culturais em Portugal: do *soft power* ao Turismo Cultural

Deve-se destacar que o bom resultado da política de divulgação da cultura e especificamente do Patrimônio Cultural de Coimbra é reflexo de um projeto político maior, de Escala Nacional, que auxiliou Portugal a crescer economicamente a partir do século XXI. Não se deve desprezar, nesse sentido, a explicação econômica para tal prosperidade, que se apoia na adesão ao Euro em 1999 e às iniciativas econômicas ao longo dos dez anos seguintes, – situação que deu as bases para o um maior desenvolvimento da economia portuguesa, que além da adesão à moeda comunitária contou, também, com a fixação irrevogável do câmbio. (Aguiar-Conraria 2012, 302-

303). No entanto, o que nos chama atenção em tal avanço é a contribuição da tradição cultural portuguesa em tal desenvolvimento. Fica claro que a cultura e principalmente o Patrimônio Cultural foram utilizados a partir de uma estratégia de *soft power* para, principalmente, divulgar a tradição portuguesa mundo afora.

Dentro desse planejamento deve-se destacar aqui, primeiramente, um conjunto de leis criadas para se pensar a preservação Patrimônio Cultural Português e o desenvolvimento sustentável. De acordo com tal propósito, não podemos deixar de mencionar a Lei de Bases do Patrimônio Cultural, n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabeleceu a política de proteção e valorização do Patrimônio Cultural em Portugal e foi amplamente responsável pela contribuição do aumento do turismo histórico e cultural no desenvolvimento do Estado português nas últimas décadas. Tal legislação teve como base a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e a democratização da cultura, por meio, principalmente do aumento do bem-estar social e económico, e o desenvolvimento regional e local” (Portugal, Título III, Artigo 12.º, Lei 107/2001, 5810), o que demonstra a importância dada aos fundamentos do desenvolvimento sustentável nas bases do código de proteção dos bens culturais. Nesse mesmo sentido, também deve-se destacar a contribuição do Decreto/Lei n.115/2012 que centralizou os serviços e organismos para a área da cultura através da criação de uma estrutura orgânica, a *Direção Geral do Património Cultural* (DGPC), que dentre as atribuições destaca-se a de propor ao membro do Governo responsável pela área da cultura “planos regionais de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico e os programas e projetos anuais e plurianuais da sua conservação, restauro e valorização” (Portugal 2012, 2774).

A criação de leis homólogas às duas citadas incentivou o progresso do turismo, pois a partir desse momento o país buscou uma política que extrapolava a tradicional fórmula estruturada desde a década de 60, baseada na “comercialização” do seu clássico produto “Sol e Mar”, “mais conhecido pelo turismo dos 3 “S” – *Sun, Sea and Sand*. O planejamento turístico precisou diversificar esse ramo, pois tinha uma grande “competitividade com outros países Europeus” (Daniel 2010, 264).

Foi de acordo com essa visão que surgiu o “Plano Estratégico Nacional de Turismo” (PENT), planejamento que acabou por marcar essa virada no turismo cultural português ao ser apresentado como uma iniciativa de longo prazo, sustentável e de subsídio ao turismo regional, respeitando e explorando as especificidades de cada região. Ele foi apresentado em 15 de fevereiro de 2007, para o horizonte temporal de 2006-2015 e dentro do seu plano de ação, a cultura se mostrou como protagonista no item “Experiências e Conteúdos”, sendo marcado, principalmente, pela transmissão e valorização dos conteúdos tradicionais portugueses, ou seja, “a história, a cultura

e património de cada região são vistas como ofertas diferenciadoras, ofertas que vão enriquecer a experiência do turista”. (Portugal 2007).

No entanto, o tempo demonstrou que a definição dos objetivos propostos na aprovação do PENT em 2007 não foi realista, uma vez que os resultados ficaram muito aquém do esperado, o que pode ser explicado pelo papel preponderante que a crise financeira internacional de 2008-2009 teve na Europa, contribuindo para o não estabelecimento de metas em diversos ramos da economia.

Por isso, houve o compromisso de uma nova avaliação, planejamento que ocorreu em 2012 e foi denominado “Plano Estratégico Nacional de Turismo, com propostas para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0”. (Portugal 2012). Tal revisão estratégica buscou apresentar o balanço de três anos do plano, chamando ainda mais atenção para o avanço da proposta de um turismo de desenvolvimento sustentável e se os índices não atingiram as expectativas, também não demonstraram um desempenho tão ruim, o que pode ser visto como um ponto positivo da implementação da lei. (Portugal 2012, 9-10).

Já, nesse momento, se trabalhava com a hipótese de que a economia do país iria a voltar a se desenvolver, pois divulgou-se que Portugal iria “crescer acima da média europeia, sobretudo ao nível das receitas, visto que se assume como prioridade o incremento da receita média por turista”. De acordo com as projeções, haveria um crescimento “médio anual de 8,4% nas receitas e de 4,6% nas dormidas até 2015, reforçando o peso do Turismo no total de exportações portuguesas de bens e serviços para 15,8%”. (Portugal 2012, 10). O que nos chama a atenção nessa releitura do planejamento turístico é a confiança do reestabelecimento da economia através do incentivo à cultura local, especialmente regional e a paisagem cultural. Nessa perspectiva destaca-se as 11 linhas de desenvolvimento elencadas como base do turismo sustentável, entre elas, o item 9 – “urgência em se investir e melhor explorar a qualidade urbana e paisagística, pois os bens culturais edificados, os espaços e o conjunto urbano” são “componentes fundamentais de valorização e qualificação do destino Portugal”. (Portugal 2012, 11). Além disso, apresentou-se, também, a marca “Destino Portugal”, almejada para ser um ponto agregador em relação às: “(...) várias ofertas, contribuindo para reforçar a identidade nacional e a coesão do território”. Neste contexto, importa reforçar as ideias chave associadas à proposta de valor do “Destino Portugal”: clima e luz, história, cultura e tradição, hospitalidade e diversidade, dentro de uma visão que tem como eixo central a sustentabilidade de Portugal enquanto destino turístico. (Portugal 2013, 2017).

O objetivos comuns entre tais leis e propostas era dotar Portugal de estrutura para receber um grande número de turistas que buscavam atividades variadas, já que houve um aumento considerável de tal iniciativa nos últimos três anos, – situação que, do nosso ponto de vista, já

estava intimamente ligada ao planejamento feito desde 2007 (Portugal 2013, 2171). Assim, em 2013, logo após o conjunto histórico-cultural da Universidade de Coimbra-Alta e Sofia ser classificada como Patrimônio Mundial pela Unesco, foi lançado um novo planejamento turístico nacional, denominado o “Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal para o período de programação comunitária 2014-2020”. O Plano pode ser visto como uma continuidade daquele revisto em 2012, tendo como sua principal característica não o mero apelo aos visitantes externos, mas sim uma política para a implantação de uma estrutura que pudesse receber o turista de forma sustentável, beneficiando, também, o desenvolvimento social interno.

Assim, tal análise acurada da legislação diagnosticou um projeto que visava proporcionar, em âmbito nacional, um desenvolvimento sustentável muito bem delineado e amparado nas várias perspectivas setoriais, almejando, assim, “integrar as diferentes especificidades e estratégias regionais (...)”, fomentando, “uma articulação entre promotores e projetos, promovendo, nomeadamente uma melhor articulação entre os setores público e privado”. (Portugal 2013, 3). Nessa proposta há também o lançamento do projeto *Cluster Estratégico do Turismo no Portugal 2020*, uma série de estratégias que buscava a eficiência coletiva no desenvolvimento do Turismo em Portugal até 2020. A meta foi ambiciosa: “Afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento econômico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo” (Portugal 2017).

De acordo com a leitura crítica de tais legislações tomadas como fontes históricas, pode-se concluir que a ideia central era continuar desenvolvendo o turismo regional e suas especificidades, mas agora de forma integrada, como uma rede, o que visa um “contínuo aparecimento de novos destinos devido ao desenvolvimento das acessibilidades e das soluções de transporte”. No que se trata da cultura, ela foi, como sempre, apresentada como protagonista, mas agora acompanhada de outras iniciativas, como a saúde e a questão ambiental, pois o estudo exibiu o aumento de procura nos “destinos considerados mais benéficos para a saúde, **turismo cultural e programas específicos segmentados para diferentes públicos, (...) e turismo de aventura**”; salientando, também, um relevante aumento “da procura por atividades associadas ao turismo de natureza” (Portugal 2014, 28; 30, grifo nosso).

Diante de tudo isso, em 2019, os números oficiais apresentaram o turismo como a maior atividade econômica exportadora do país, sendo, nesse ano, “responsável por 52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais”. Além disso, as receitas turísticas registaram um contributo de 8,7% para o PIB nacional, situação reconhecida a nível nacional e internacional, recebendo inúmeros prêmios internacionais, como, por exemplo, o *World Travel*

Awards 2019, que considerou o Turismo de Portugal o melhor “Organismo Oficial de Turismo do Mundo”, pelo terceiro ano consecutivo (Portugal 2013).

Os dados mais recentes relativos ao mercado emissor europeu confirmam a preponderância do turismo de sol e mar. No entanto, os segmentos de *city breaks* e *touring*, “que inclui o turismo cultural e religioso, evidenciam ritmos de crescimento mais elevados que, a manterem-se, poderão alterar o ranking da popularidade dos segmentos turísticos no futuro (...). Isto significa que, hoje em dia, os turistas de massa são, também, consumidores de cultura e património” (Sousa 2016, 49). Situação que privilegia Portugal, pois dispõe de um rico e variado património histórico-cultural, aliado a um território de dimensão relativamente reduzida, mas com uma grande riqueza e variedade de atrações⁸. Assim, deve-se concordar com a ideia de que “o património constitui um recurso essencial para o desenvolvimento do turismo. (...). O passado e os seus recursos históricos estão, hoje, no âmago do turismo global. O ser humano viaja, cada vez mais, para observar ou consumir lugares com importância histórica. (Marujo; Serra; Borges 2014, 2).

É importante chamar a atenção para o fato de que tal iniciativa não é uma via de mão única, pois se bem gerido o turismo contribui, também, para “uma política ativa no campo da preservação da cultura e da valorização do património português” (Sousa 2016, 49). Coimbra, com certeza, se beneficiou de tal conjuntura nacional para reativar suas pretensões econômicas, sociais, educacionais e culturais, o que fez com que apresentasse a candidatura à UNESCO para que a Universidade se tornasse Patrimônio da Humanidade, ou seja, uma chancela internacional para seu *soft power*, inclusive, possibilitando atrair, além de turistas, estudantes estrangeiros e executivos, retomando seu espaço como uma Universidade Global⁹.

Como já foi afirmado aqui, pelo fato de ser reconhecida internacionalmente na área cultural, principalmente no que se refere ao Patrimônio Cultural, a chancela da UNESCO é um ótimo atalho para forjar a imagem de uma cidade, de um bem ou de uma prática cultural supostamente excepcional, contribuindo conseqüentemente, nas transformações desses bens em *soft power* (Christofoletti 2017, 21).

No entanto, tal reconhecimento, como também o apelo turístico que ele traz, tem seus pontos controversos. É evidente que a UNESCO legitima o valor histórico e cultural de bens materiais e imateriais a partir do momento que os nomeiam Patrimônios Mundial, contribuindo,

⁸ Tal situação é evidenciada de acordo com uma pesquisa específica feita pelo Departamento de Turismo de Portugal, que concluiu a quantidade e variedade de Patrimônios Culturais são os principais motivos escolhidos para visitas não só em Portugal, mas também em países, Itália, França, Espanha (Turismo de Portugal 2012, 11).

⁹ Interesse que está claro no seu Plano Estratégico (2015-2019). Disponível em: https://www.uc.pt/planeamento/2015_2019_ficheiros/plano_estrategico_UC20152019_vpublica_web.pdf. Acesso em 29 jun. 2020.

assim, para o processo de sua preservação, devido ao valor simbólico que a chancela lhes atribui. Por outro lado, como qualquer classificação, tal apontamento é atravessado por tendências e posturas políticas, ideológicas e culturais, e destes o mais emblemático está ligado à ideia de excepcionalidade, autenticidade e valor universal-superior dos bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Tal situação eleva o conceito de hierarquia de valor de um bem em relação a outro, o que seria um problema menos grave se tal discurso não fosse utilizado como base da narrativa que busca propagandear tais bens, com fins turísticos e meramente mercadológicos.

A simplificação da leitura que enquadra o bem em qualquer lista de excepcionalidades, a ânsia em espetacularizar tais bens patrimoniais e sua extrema fetichização, algumas vezes, obscurece a relevância de se divulgar suas problematizações, como, por exemplo, os detalhes ou singularidades culturais/históricas de um sítio que uma narrativa abordada de forma mais crítica proporcionaria, tornando o contato com o bem muito mais valoroso e completo. O professor da UC, Paulo Peixoto levanta questões igualmente problemáticas do ponto de vista de quem reside nesses espaços que são apropriados para fins fetichistas e mercadológicos. Segundo ele, tal operação, muitas vezes, não contribui para a difusão da verdadeira cultura e práticas culturais locais e por isso pode ter um sentido inverso, se é que realmente pretende-se difundir tais particularidades identitárias locais, pois para ele essa prática se singulariza por se distanciar de uma realidade realmente vivida, ou seja, muitos dos aspectos que, supostamente, representam a vida quotidiana dos indivíduos ou de uma cidade se dão, por via da encenação, por via da elaboração de cenografias turísticas, algo de exterior aos residentes ou à cidade. (Peixoto 2003, 218-219)

Esse é um dos principais riscos desta apropriação extremamente reducionista que ocorre com os bens culturais, com fins apenas políticos e mercadológicos. O grande desafio de quem pensa e gere o Patrimônio Cultural é atravessar essa linha tênue que divide a extrema comercialização dos bens para fins políticos e econômicos, e o fato de utilizar tal evidência para preservá-lo e instruir a partir de uma problematização crítica de seus valores. Nas próximas linhas, buscaremos apresentar como se deu essa complexa operacionalização, que culminou com a nomeação da Universidade de Coimbra-Alta e Sofia como Patrimônio da Humanidade.

Universidade de Coimbra: da internacionalização a Patrimônio da Humanidade

Acompanhando uma tendência mundial e europeia, a grande maioria das instituições portuguesas de ensino superior, públicas ou privadas, tem um Gabinete de Relações Internacionais (GRI). Na UC o programa de internacionalização é um dos pilares de sua gestão política e pedagógica. Por ser uma das mais antigas universidades do mundo, referência principalmente para

brasileiros que até 1920 a enxergavam como a única opção para a formação superior, a Universidade de Coimbra já teve um grande protagonismo mundial na área, situação que ficou um pouco obscurecida até os anos 1980, quando a cooperação em termos educativos “começou a desenhar-se no Ato Único Europeu em 1986 e, um pouco mais tarde, em 1992 com o Tratado de Maastricht, o qual deu uma nova forma à integração europeia com a criação da EU” (Gasici 2016, 25).

Segundo o próprio discurso oficial divulgado pela Universidade, pode-se notar que tal política internacional é um dos pontos fortes da gestão universitária, inclusive aparecendo com destaque no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Universitário para os anos de 2015 a 2019:

O Plano Estratégico da UC encara a internacionalização não como um objetivo em si mas como uma dimensão transversal das diferentes missões e pilares institucionais. Contudo a UC tem um posicionamento estratégico específico na cena internacional. É uma marca de referência no mundo lusófono. Durante 400 anos foi a única instituição de formação de elites no mundo lusófono. É a alma mater das universidades brasileiras e é ainda destino preferencial de aprendizagem do português para muitos estrangeiros. (Universidade de Coimbra 2020, 1).

Tal proposta não fica no âmbito do discurso e pode-se afirmar que a UC tem uma sólida experiência de “internacionalização mais estruturada e integrada”. De acordo com a narrativa oficial, a “inovação e a modernização da UC, no seu conjunto, passam também pela internacionalização” (Universidade de Coimbra 2020, 2-4). Na prática pode-se dizer que tal estratégia se beneficiou das possibilidades de um novo contexto internacional, marcado pela paradiplomacia, pois a inserção internacional e a autonomia que grupos subnacionais (Universidades, Municípios, Associações Privadas, Fundações) ganharam com o fim da Guerra Fria possibilitou trocas internacionais de vários gêneros, de forma mais ampla e ativa. Situação que se refletiu fortemente na área da educação, principalmente nos países das maiores economias do mundo. A questão a ser respondida é: o que as instituições subnacionais e até mesmo os Estados ganham com tal política internacionalista dos órgãos de ensino? Tal questionamento não se reduz a uma só resposta, mas se pudéssemos cravar uma devolutiva, se resumiria na visibilidade e no poder de influência cultural muito maior de tais instituições que aderiram a estratégia voltada para a internacionalização.

Mas, por detrás da prática, há uma discussão política e ideológica que beira a polarização de ideias e posturas. Críticos desse processo de internacionalização das Universidades, apontam para os interesses mercadológicos de tal iniciativa:

Ao longo da década de 1990, a internacionalização do ensino superior intensificou-se em todo o mundo de maneira inédita. O avanço dos processos de globalização neoliberal estendeu-se ao setor educacional, acelerando a tendência de categorizar a educação como um serviço possível de ser comercializado e não mais um bem público, responsabilidade unicamente do Estado, podendo ter interferência de iniciativas privadas. Desta forma, liberou-se a exploração da educação dentro de

uma lógica mercantil e transnacional. A educação deixou, portanto, de ser um bem público componente fundante do Estado-Nação e passou a ser uma mercadoria passível de ser comercializada (Franca 2016, 60).

Há até mesmo o discurso que defende que a iniciativa é uma forma de exercer uma postura (neo)colonialista retomada pelas antigas metrópoles, pois segundo tal ideia “não se pode perder de vista o fato de que a internacionalização do ensino superior é *per se* um projeto de dominação do mundo desenvolvido baseado em ideologias opressoras e excludentes, ao qual os países em desenvolvimento buscam encaixar-se e reproduzirem” (Franca 2016, 61).

Acordos bilaterais, como a *Declaração de Bolonha* (1999), se apoiam principalmente nas máximas de “promover (...) a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior” (Declaração de Bolonha 2020). Mas, a explicação mais difundida é que a internacionalização “visa a mobilidade e ou transferência de conhecimento do sistema educacional de um Estado para o sistema de outro Estado” ou acaba se resumindo na necessidade de “resposta quanto aos desafios impostos pela globalização e pelos princípios da nova economia fundada sobre o conhecimento” (Gasic 2016, 11).

Longe de apoiar um ou outro benefício advindo da prática de Diplomacia Cultural, deve-se pensar que todas elucidações aqui apresentadas passam pela ideia de *soft power*, ou seja, o interesse na internacionalização ocorre em *pari-passu* com o intuito de influenciar, doutrinar, instruir o outro, a partir da identidade cultural, ideológica e política. Nesse quesito, as instituições educacionais têm claramente um papel essencial, pois são espaços de construção e divulgação de saberes, de edificação de identidades, e principalmente de informação, iniciativas essenciais para exercer qualquer poder e influência em caráter nacional e internacional. Por isso as Instituições de Ensino Superior utilizam todos os seus instrumentos, e afortunadas são aquelas que, além de seus saberes, oferecem sua cultura material, representada por meio de edificações classificadas como excepcionais, – realidade que, mesmo isolada, também transmite poder e influência.

Por isso, não se deve desprezar o empenho na candidatura do complexo Universidade de Coimbra-Alta e Sofia para compor o Patrimônio da Humanidade, pois essa foi mais uma, entre tantas chancelas para internacionalização e influência mundial da instituição e de seus valores. No entanto, resta-nos saber qual o poder simbólico que esse conjunto arquitetônico exerce ou exerceu, a ponto de ser apropriado para projetos de internacionalização, visando a publicizar a marca “Universidade de Coimbra”.

Coimbra/Patrimônio Cultural: Universidade e cidade

O conjunto arquitetônico, histórico e cultural da Universidade ganhou excepcionalidade internacional oficial em 2013, mas desde a sua criação a UC buscou formas de se destacar e divulgar suas experiências, assim como teve sua riqueza cultural apropriada para difusão de um poder político ou ideológico.

Tal conclusão foi salientada depois de um estudo inventarial crítico a respeito dos bens edificados e das práticas culturais da cidade e da Universidade portuguesa. A investigação necessitou primeiro de um levantamento fotográfico dos bens da cidade e da Universidade, depois, de uma análise de suas características arquitetônicas e históricas, sua relação com a comunidade e as práticas políticas e culturais destas e, por fim, da relação de tudo isso com o processo de preservação e divulgação do espaço como Patrimônio da Humanidade.

Para dar início aos trabalhos, dividiram-se as atividades em dois blocos, o primeiro consistiu na análise de campo que buscou identificar, de forma problematizada, a arquitetura da Cidade Universitária de Coimbra. Após partiu-se para a análise dos bens patrimoniais identificados como acervo museológico e/ou documento histórico. Assim, de acordo com esse olhar, a arquitetura, o bem edificado e as experiências comunitárias ganharam “status” incomuns, ou seja, ao receber a definição de acervos museológicos, alcançaram outras dimensões na produção do conhecimento crítico, englobando variados aspectos do patrimônio material e imaterial. Mas, de acordo, com a professora Heloisa Barbuy (1995, 221), uma vez “tomados como acervo, tais bens devem ser tratados como documentos”, ou seja, tornam-se alvos de uma leitura crítica e reflexiva própria de qualquer fonte histórica. A proposta busca enxergar a arquitetura não de forma isolada, mas a partir do olhar de conjunto analisado como uma série de fontes históricas.

No caso de museu tradicional poderíamos dizer que fariam parte de uma mesma coleção, no entanto, como se buscou analisar tal conjunto de uma forma dinâmica, distanciou-se dessa concepção advinda da museologia clássica, ao contrário nos amparamos na ideia de bens arquitetônicos como fontes históricas da cultura material, ou seja, tomados, ao mesmo tempo, como frutos e portadores de relações sociais de um determinado contexto ou tempo histórico. Tal procedimento possibilitou visualizar que a ideia de acervo museológico e documento histórico foi inversamente apropriada de forma totalmente simplista, não problematizada e ideológica pelo Estado Novo Português (1933-1974), quando impôs a ideia de Cidade Universitária à UC.

Deve-se salientar que essa não foi a primeira vez que a Universidade teve sua arquitetura e seu patrimônio inserido em uma proposta política com fins ideológicos e políticos. No século XVIII, Marquês de Pombal ao querer dar um caráter mais científico e laico para Universidade criou vários centros de pesquisa, museus e fez intervenções nos seus prédios para mudar o caráter religioso que tinham até então. Mas, o que nos interessou foi o fato relevante das intervenções

serem feitas num momento em que a Universidade se tornou Cidade Universitária, pois se acredita que, mesmo sendo visto de forma equivocada como um conjunto museológico uniforme, essa leitura estadonovista foi uma das principais iniciativas que possibilitou a classificação da UC como Patrimônio da Humanidade da Unesco.

À primeira vista, nota-se que na arquitetura da cidade universitária domina o modelo classicista monumental, cuja expressão só não é maior porque ficaram por construir alguns pórticos. Esta feição estabelecida até 1944, influenciadas pelas obras de Albert Speer e de Marcello Piacentini em Portugal, pode ser bem exemplificada pela Faculdade de Letras, na Biblioteca Geral e na grande escadaria. No entanto, a ideia de Cidade Universitária de Coimbra foi concebida e dirigida por Cottinelli Telmo, nos anos de 1941 a 1948, e prosseguida por Cristino da Silva, entre 1949 e 1966, sob o signo da monumentalidade: vastas perspectivas, simetria e ortogonalidade no desenho urbano e classicismo monumental na arquitetura.

O despojamento e a dureza de expressão da Faculdade de Letras (1945-1951) geraram críticas do Conselho Superior de Obras Públicas, formulada em nome de inefáveis valores tradicionais e do “reaportuguesamento” da arquitetura. Assim, Alberto José Pessoa converteu em Biblioteca Geral a anterior Faculdade de Letras, construída poucos anos antes, mediante ao projeto de Silva Pinto. Em 1948 entrou em cena Cristino da Silva, que liderou a construção das Faculdades de Medicina e de Ciências. A substituição não alterou os princípios orientadores, mas o classicismo monumental perdeu o vigor de meados dos anos quarenta. O imóvel da Matemática, voltado para a Praça de Dom Dinis, foi concluído em 1969, e a de Física e Química apenas em 1975. No entanto, nesse momento, os tempos já eram outros, o Estado Novo já havia se encerrado e junto com ele a resistência à monumentalidade classicizante que o caracterizou crescera entre os arquitetos, embora a mantivesse em algumas obras, como os tribunais, por isso o edifício da Matemática, com o seu grande portal, esculpido por Gustavo Bastos, ainda hoje evoca esse cânone, mas o edifício da Física e da Química afasta-se definitivamente dele, com a vasta abertura para o pátio interior, onde, aliás, se colocou uma escultura geométrica de Fernando Conduto.

Não é demais afirmar que a expressão arquitetônica da Cidade Universitária de Coimbra construída durante o Estado Novo só não foi mais forte pela ausência dos pórticos, o que ajudaria a integrar tais edifícios. Todos os edifícios projetados e construídos até aos anos sessenta previam esta interligação. Mas a demora verificada na construção, associada aos atrasos na edificação do Hospital, que deveria ter ocupado a face norte da Praça de Dom Dinis, acabou por impor o abandono dos pórticos, tal ausência auxiliou muito na valorização das especificidades e das diferenças de tais bens arquitetônicos. Assim, pode-se afirmar que a recusa da construção dos pórticos exerce uma crítica liminar aos fundamentos estéticos e ideológicos da Cidade Universitária

de Coimbra, mostrando o desmonte do classicismo monumental como arte oficial do Estado Novo português.

De acordo com a análise da documentação e da bibliografia especializada, concluiu-se também, que para se manter essa condição monumentalista clássica, as obras de construção da cidade Universitária não respeitaram as leis de preservação, promovendo demolições de prédios históricos e não fazendo estudos arqueológicos necessários para a valorização de um espaço de mais de quinhentos anos. Notou-se, ainda, que a busca para criar uma cidade Universitária tinha um objetivo ideológico, o controle de alunos e professores, partindo de um modelo em que estes podiam ser vistos e controlados, prática dissimulada pelo discurso de que a distribuição do espaço era feito com o intuito de simbolizar o progresso do Regime Estadonovista, ideia que ao nosso ver aproxima tal iniciativa das formas nazifacistas.

Outra questão interessante vista nos documentos e na bibliografia é que esse discurso conservador amparado na ideia de Cidade Universitária não teve oposição na época, nem de grupos de esquerda nem de grupos de direita, que viram na proposta de arrasamento de boa parte da Alta Coimbra, onde estava a Universidade, como sinônimo de progresso e modernidade, requerido até mesmo pela comunidade acadêmica. Este fato está, também, intimamente ligado à ideia propagandeada pelo Estado Novo português de desenvolvimentos e modernização; nesse caso, Coimbra não poderia ficar de fora de tal processo, pois era o principal símbolo de desenvolvimento cultural educacional de Portugal. De acordo com este ponto de vista, os núcleos históricos urbanos eram tortuosos e esses arruamentos não deveriam coexistir com os prédios do novo conjunto universitário, pois essa feição híbrida poderia parecer desagradável para as fortes correntes progressistas que em nome dos valores da higiene e da monumentalidade condenavam as zonas históricas da cidade.

Na verdade, pode-se dizer que os ideólogos progressistas defenderam as demolições em nome da renovação das cidades – situação também aceita por boa parte da população, que acatou tais intervenções, passivamente como inevitáveis e benignas, o que deixa claro, nesse momento, que o entusiasmo foi urbanístico, estético e político. A ideia de regeneração tinha traços messiânicos e a conveniência das demolições acontecia em nome de uma cidade Universitária moderna. A opinião que parecia ilustrada era aquela que minimizava as destruições em nome do progresso e da higiene urbana.

Em 1966, houve iniciativas como exposições que favoreceram memórias saudosas, avivando a consciência de perda do patrimônio. A partir desse momento, começou-se a ter as primeiras críticas da construção de um ambiente musealizado de forma artificial, em nome de interesses políticos e ideológicos. As comparações aos ideais nazistas e fascistas ajudaram a fazer

surgir olhares críticos a respeito desse empolado ambiente histórico, construído a partir de preceitos forçados da Cidade Universitária, num ambiente que ao mesmo tempo era histórico, mas também se pretendia moderno.

No declinar do Estado Novo, acentuou-se esse desprezo estético e as construções foram comparadas a imóveis caixotes, casarões monstruosos e tristes. A partir dos anos 1970, a condenação da Cidade Universitária começou a ser compreendida juntamente com a condenação ideológica da ideia de construção de um ambiente museológico artificial. Nesse momento também começou a aparecer as primeiras críticas às destruições imparciais dos núcleos históricos feito em nome de padrões estéticos, políticos e ideológicos. Não é demais afirmar que já estava claro que a intervenção foi realmente uma verdadeira destruição insensível, em nome de premissas estéticas-ideológicas, baseadas numa ideia que primava por um discurso arquitetônico museológico coeso.

Na década de 1990, no sétimo centenário da Universidade, começaram a surgir as primeiras investigações sobre a relação de sua arquitetura com a política do Estado Novo. É importante frisar que nesse momento buscou-se compreender o regime sem um forte juízo de valor, ou seja, enxergando sua arte, sua propaganda e ideologia. Assim, esses estudos não significaram a aceitação de tais iniciativas, mas uma tentativa de praticar uma suposta neutralidade histórica para analisar criticamente a formação de um núcleo arquitetônico museológico a partir de interesses políticos. A aceitação e a valorização patrimonial da Cidade Universitária não estavam mais em pauta, mas sim os seus usos a partir de propostas estéticas de um regime autoritário. A partir daí, tentou-se historicizar a destruição patrimonial sem um olhar tão passional; com isso, em nenhum momento pode-se dizer que o juízo de valores desapareceu, mas perdeu a dominância que tiveram nos anos 1970 e 1980.

Até o final dos anos 2000, a ideia de alguém defender a beleza geral da Cidade Universitária ou suas virtudes simbólicas parecia absurda, até que alunos protestaram contra a vandalização das escadas monumentais e alegaram seu valor simbólico identitário. Deve-se destacar que essa característica identitária foi o ponto de partida para a solicitação de Patrimônio da Humanidade para a Unesco, ou seja, essa prática mostra uma certa mudança de referencial de excepcionalidade, pois o gosto não era mais pontuado pelo valor estético, intimamente ligado ao Estado Novo, mas ao simbólico, ao histórico e ao tradicional, atribuindo, assim, olhar crítico para a construção museológica, deixando de lado juízo de valores e salientando a relevância da análise histórica e crítica da memória da Universidade¹⁰.

¹⁰ “A etapa de avaliação da candidatura à Patrimônio da Humanidade, é fundamentada a partir da análise de uma documentação técnica consistente (...) Nessa documentação devem constar a comprovação do valor intrínseco do bem cultural, a elaboração de um dossiê descritivo desse valor e um plano detalhado administrativo e de proteção. (...) a

Universidade como patrimônio Mundial da Unesco

Ao ter acesso ao dossiê da candidatura da UC a Patrimônio Mundial, pode-se notar que o caráter científico-investigativo bem fundamentado da propositura foi o grande trunfo para receber a chancela da UNESCO, o que fica claro pela própria documentação enviada que foi definida como: “dossiê científico de intenções”, diferentemente dos comumente organizados sob o título de “documento de intenção”. (Almeida 2017, 38). Isso se deve, provavelmente, ao envolvimento de técnicos experientes na área de preservação como o arquiteto e urbanista Nuno Ribeiro e os pesquisadores da UC como os professores Raimundo Mendes, docente associado do Departamento de Engenharia-FCTUC e João Gouveia Monteiro, do curso de História, da Faculdade de Letras-FLUC. Assim, pode-se dizer que a proposta de mais de duas mil páginas foi desenvolvida por uma equipe técnica-científica interdisciplinar.¹¹

O esboço do documento foi estruturado pelo reitor da Universidade de Coimbra e por mais dois pró-reitores, que coordenaram áreas diferentes, composto de sete volumes: Candidatura a Patrimônio Mundial; Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Execução; Planos Diretores; e Zona de Proteção. Intitulado “Candidatura a Patrimônio Mundial” foram apresentadas duas áreas da cidade, a Alta e a Sofia como constituintes do bem cultural, assinalado “principalmente pelos edifícios e espaços da Universidade de Coimbra ao longo da história. Sua estrutura foi dividida em partes: os conteúdos e a investigação; a área de reabilitação e a preservação física; e a preservação do patrimônio e a reabilitação. (Almeida 2017, 38)

partir desses critérios estabelecidos, será definido o valor universal excepcional do bem, sua autenticidade e a comprovação, se o Estado que apoiou a candidatura a patrimônio adotou as medidas protetoras adequadas e suficientes em relação ao bem inscrito” (Almeida 2017, 70-71). Desse modo, a lista de bens culturais considerados de valor universal excepcional busca representar e selecionar bens conforme algumas representatividades e diretrizes, como: “realização artística única, uma obra-prima do gênio criativo humano ou que exerça grande influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento de cidades ou do modelo de paisagens, ou; representa um testemunho especial ou no mínimo excepcional de uma civilização ou tradição cultural desaparecida; é um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativo(s) estágio(s) da história humana, ou; é um exemplo excepcional de ocupação humana tradicional ou de uso de terra representativo de uma cultura (ou culturas), especialmente quando se torna vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis, ou; é direta ou claramente associado com eventos ou tradições vivas, com ideias ou com crenças, com obras artísticas e literárias de importância universal excepcional (o Comitê considera que esse critério deve justificar a inclusão na lista somente em excepcionais circunstâncias ou aliadas a outros critérios) (UNESCO 2016).

¹¹ O professor Fernando Seabra Santos que foi Reitor da UC de 2003 a 2011, foi o principal idealizador e organizador da candidatura. Segundo o professor Raimundo Mendes (*apud* Almeida 2017, 307) “um primeiro dossiê preliminar foi feito em 2004, uma primeira proposta, que fez com que a UC fosse incluída na lista indicativa de Patrimônio Mundial, iniciativas que ocorrem de vez em quando, que indica que tais bens são suscetíveis de ser patrimônio da humanidade (...). A estrutura da candidatura foi organizada da seguinte forma, O Reitor nomeou dois pró-reitores para coordenar áreas distintas, (...) área dos conteúdos e de investigação (...) e a área de preservação física e da preservação do patrimônio e sua reabilitação. O pró-reitor para área de reabilitação física, portanto da preservação patrimonial foi o próprio professor Raimundo e de investigação foi o professor de História da Faculdade de Letras, João Gouveia Monteiro. Com o evoluir dos trabalhos foi criado um Gabinete Técnico e Nuno Ribeiro que tinha sido Diretor do Centro Histórico de Évora foi chamado para a coordenação dessa parte técnica do projeto.

A proposta era de que a Universidade pudesse ser vista como um conjunto arquitetônico/histórico/museológico culturalmente pluralizado, mas que guardava pelo menos um ponto que agregaria todo esse complexo, ou seja, a excepcionalidade dos edifícios e dos demais bens e práticas culturais que, devido uma suposta estética, história ou cultura diferenciadas marcaram uma época, situação que justificaria a chancela e a sua preservação em caráter global. Para tanto, as evidências a respeito das mudanças, demolições e novas construções não deixaram de ser pontuadas, mas foram muito bem adaptadas a tal discurso de excepcionalidade e da relevância da apresentação de um legado da cultura lusitana para o mundo. A ideia era dar um certo teor dinâmico a tal acervo a céu aberto, que conservou representações das várias fases históricas da cultura e da tradição lusitana por meio da Universidade-cidade.

Além disso, ficou muito claro que tais monumentos foram apresentados a partir de um olhar historiográfico, ou seja, buscando-se afastar o máximo de possíveis anacronismos que pudessem atribuir algum tipo de juízo de valor do tempo presente àquelas construções do passado. Nesse sentido, procurou-se mostrar como os hoje monumentos-documentos eram impregnados por questões relevantes de seu tempo, mas que também carregaram consigo o estereótipo de temporalidades distintas da época em que foram erigidos, mostrando as várias faces que podem ter o mesmo bem cultural, dependendo da representação que lhes é feita num certo momento histórico. Foi assim no esplendor do Estado Novo, na crítica pós-Salazar e na apropriação das escadarias por estudantes já no século XXI. Essas questões estavam ligadas a uma grande variedade de memórias que faziam com que a Universidade fosse de maior interesse para os visitantes que buscavam visitar a cidade. O que se percebe é que a construção da Cidade Universitária tem caráter central no documento, mas ao mesmo tempo em que não se condena o fato de a construção ser fruto de um Estado autoritário, por outro lado, também não se esconde que tal obra teve apoio irrestrito da comunidade universitária e da própria cidade naquele momento.

Com isso, nota-se que o dossiê buscou contemplar as várias estâncias da memória, indo além de uma mera pretensão contemplativa, mostrando o significativo desejo, em determinados momentos, de preservação do espaço físico e valorização do patrimônio. Mas isso não impediu que fossem documentadas as destruições sem critérios históricos em nome de propostas políticas ideológicas, regressando, inclusive, para as origens da Universidade e suas diversas demolições. É dessa forma que se procurou, por meio de um olhar dinâmico, enxergar e pontuar as intervenções ao longo do tempo, demonstrando como também, tais operações contribuíram para formação da identidade da Universidade e conseqüentemente da própria cidade.

Mesmo que no dossiê se busque privilegiar a Universidade de Coimbra-Alta e Sofia, nota-se também o enfoque relevante dado à apresentação da cidade. A história de Coimbra e de sua

comunidade auxilia na difícil harmonização do conjunto arquitetônico-museológico, cuja memória está ou esteve intimamente associada à instituição acadêmica, quer participando da concepção de suas construções, quer contribuindo para o desenvolvimento das tradições culturais e identitárias singulares portuguesas, que supostamente se encontrariam somente naquele local, por isso passível de visitação e da chancela de excepcionalidade. Para tanto, não se escondeu que toda essa construção sempre esteve ligada a um tipo de poder, político, ideológico, cultural e até mesmo natural. Desse modo, dividiu-se a análise em ciclos: Antecedentes (século XII e XIII), Origens (século XIV), Época Moderna (século XVI e XVII), Ilustração (século XVIII), Época Liberal/Republicana (século XIX), Estado Novo (século XX), Época Democrática (século XXI).

Dentro dessa perspectiva, ao analisar minuciosamente tal dossiê como documento histórico, notou-se que foram desenhadas várias vertentes materiais e imateriais que expressam a importância de uma instituição cuja influência e simbolismo deveriam ultrapassar as fronteiras locais, regionais e nacionais para adquirir uma verdadeira dimensão universal, pois, devido à sua singularidade, deveria ser compartilhada com toda a humanidade.

É interessante notar, em tal documento, que nem todos os edifícios que refletem os períodos históricos descritos foram preservados até a atualidade, como é o caso de uma das primeiras estruturas edificadas, que depois veio a ser o Colégio São Paulo no século XIV, e também onde se encontra a biblioteca geral da Universidade. Desta sede subsistem apenas alguns vestígios arqueológicos guardados no Museu Nacional Machado de Castro. Do mesmo modo, chama-se a atenção para o fato de que são elencados no dossiê alguns dos muitos colégios edificadas depois da transferência definitiva da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1537, mas que foram demolidos para atender as outras necessidades espaciais ou educacionais. Incluem-se, ainda, nesse panorama o arrasamento do reservatório astronômico pertencente à fase cultural e científica do século XVIII, localizado no topo Sul do pátio das escolas.

A leitura crítica de tal documento, o tornando fonte histórica da pesquisa ajudou a entender que a menção à memória de tais bens é apresentada como quase uma compensação por não existirem mais, mas que nem por isso deveriam ser esquecidos, pois fariam parte desta narrativa epopeica e quase que retilínea que o dossiê pretendia apresentar, – relato que beneficiava a grande maioria dos edifícios históricos ligados à UC que estão de pé até hoje de forma incontornável, estabelecendo a imagética da cidade em constante processo de evolução e transformação, juntamente com o percurso da Universidade enquanto instituição científica.

Assim, pode-se dizer que o conjunto que foi apresentado à candidatura reuniu uma soma de elementos físicos, materiais e imateriais que reproduzem e representam o legado de uma instituição enquanto centro difusor de saber, determinando a estrutura urbana do espaço que

acolheu e um número sem fim de memórias individuais e coletivas que estabeleceram a influência da Universidade no âmbito nacional e internacional.

Como já se disse, evidenciou-se que não houve a pretensão de esconder a fase de apoio ao regime e a arquitetura autoritária da ditadura salazarista; pelo contrário, tal situação está na justificativa de pedido de proteção do conjunto de bens patrimoniais, salientando-se que estes simbolizam, também, parte do momento histórico e da memória que hoje dá alicerce à característica singular do conjunto histórico. Semelhante postura se teve com as reformas pombalinas feitas a partir de 1772, pois longe de serem condenadas foram problematizadas, demonstrando que, tal como em outras conjunturas políticas, a Universidade de Coimbra desempenhou um papel de relevo na maturação teórica da história política portuguesa, o que é exemplificado, também, quando se menciona o fato do seu corpo docente formar parte dos mais destacados dirigentes do país, principalmente da ditadura estadonovista.

Especificamente as edificações de estruturas vitais do regime e da criação de aparelhos repressivos integraram um conjunto simbólico da Universidade que buscava atender e a garantir a plena subordinação orgânica da sociedade ao poder político. Por meio de tais memórias de pedra e cal, pode-se relembrar que entre 1936 e 1945 assistiu-se ao crescimento da instrumentalização do sistema educativo em prol das necessidades ideológicas e políticas do Salazarismo. Nesse sentido, há várias evidências que mostram que a generalidade dos professores da Universidade de Coimbra manteve uma atitude de colaboração ou de contestação ao Estado Novo, – situação delicada, mas nem por isso deixada de lado no dossiê, pois a ideia do domínio por meio do espaço ajudou na reconfiguração de tais locais, onde a aprendizagem se desenvolvia, e moldou parte da característica da atual arquitetura histórica da Universidade.

Nota-se que a hipótese de museu a céu aberto e/ou cidade museu atravessou a proposta da candidatura, pois assim como no estudo de um acervo museológico suas peças foram expostas e problematizadas como documentos históricos; isso ocorreu mesmo com aquelas que poderiam mexer com antigas feridas no presente. Dessa forma, a proposta subverteu a ordem estabelecida nas propostas preservacionistas internacionais, pois buscou a excepcionalidade justamente naquilo que não era dito ou estava escondido, diluído na suposta harmonização arquitetônica que, na verdade, escondia uma série de demolições que hoje seriam provavelmente criminosas.

Esse tom crítico e reflexivo dado pelo dossiê de candidatura contribuiu muito para o sucesso da empreitada, no entanto, ainda não é possível saber qual será o seu impacto quando também for utilizado na estratégia de divulgação ou no uso do conjunto patrimonial como *soft power*, pois para muitos especialistas a chancela da UNESCO acaba por reduzir as “características particulares do lugar para melhor adequá-las à classificação mundial do patrimônio”. Tais críticos

acreditam que para se adaptar aos critérios exigidos pela classificação da UNESCO, os tecidos urbanos tradicionais da cidade são “desconstituídos de seu significado” recriando “novas articulações urbanas que intensifiquem e reduzam realidades complexas” de seus processos de patrimonialização. Considera-se, assim, “um processo dialético de proteção cultural do sítio”, pois as especificidades valorativas locais do ambiente e da paisagem cultural da cidade, dão lugar a promoção de determinadas áreas específicas que se adequem melhor ao discurso classificatório globalizante da UNESCO, podendo assim, afirmar, que essa organização sobrepõe-se à decisão do Estado à medida que disciplina as ações de proteção daquele patrimônio. Assim, tal prática acaba revelando uma política de preservação do patrimônio que deixa “de ter como local privilegiado os Estados nacionais” e as especificidades locais (Almeida 2017, 32-72).

No entanto não se pode negar que a chancela permite a difusão cultural de tal espaço, podendo levar ao desenvolvimento econômico, advindo da prática de *marketing* e turismo cultural, marcas de uma prática de *soft power*, que se utilizada com parcimônia, de modo sustentável pode, inclusive, contribuir para uma política social e preservacionista mais justa, profissional e responsável.

Considerações finais

Nas linhas que se seguiram buscou-se evidenciar a relevância do Patrimônio Edificado e Imaterial para uma Universidade e para uma comunidade, contribuindo inclusive para a principal função de uma instituição de ensino superior, ou seja, a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Isso ocorre pois a proteção de bens culturais “pode ser considerada uma contribuição intrínseca ao bem-estar humano” já que “além de seu valor inerente para as gerações presentes e futuras, o patrimônio pode significar também uma contribuição instrumental importante para o desenvolvimento sustentável em todas as suas várias dimensões” (Christofoletti 2017, 20).

Infelizmente tal conscientização, a nível mundial e principalmente nacional brasileiro, está longe do ideal; diferentemente, no caso em questão notou-se que uma série de fatores foram agregados aos bens culturais para buscar, na chancela internacional da UNESCO, um apoio para a utilização da UC como *soft power*. Assim, no caso da instituição e da cidade de Coimbra, a conscientização das potencialidades do Patrimônio Cultural auxiliou primeiro na ideia da candidatura, depois no objetivo de utilizar as excepcionalidades demarcadas no nomeado Patrimônio para atrair alunos e turistas, gerando um maior desenvolvimento econômico, social e político.

Nesse sentido, podemos afirmar que instituições de ensino que possuem ou estão fisicamente fixadas em “lugares de memória” podem ser consideradas privilegiadas, pois contam com utensílios valorativos na construção intelectual, cultural e humana de sua comunidade, além de poder utilizar tais bens para sua internacionalização e, conseqüentemente, para um maior desenvolvimento econômico, político e cultural, de acordo com que manda um mundo refém do capital e da globalização.¹² No entanto, não devemos perder de vista que boa parte dessa contrapartida deve ser revertida para preservação e financiamento de iniciativas que enxerguem o Patrimônio Cultural não como uma mera mercadoria, fetichizada, mas sim como um relevante instrumento para o desenvolvimento social e educacional, tanto de turistas como da comunidade na qual os bens estão inseridos.

É importante, nesse sentido, atentar para as recomendações do professor Paulo Peixoto (2003, 219 -220), que afirma que tais questões ligadas ao Patrimônio Cultural e o desenvolvimento sustentável devem ser colocadas da seguinte forma: “até que ponto espaços que estão a ser ordenados para actividades lúdicas e de consumo, onde os elementos locais, incluindo os indivíduos, são preservados como atracções, são verdadeiramente sustentáveis?”. Infelizmente a distorção do real motivo de divulgação e utilização do Patrimônio com fins principalmente econômicos podem colaborar para o processo de “desvitalização”, pois, segundo o professor, “há uma revivificação em parte encenada por um certo excesso de animação e recuperação voluntariosa de tradições”. Dessa forma, questiona até que ponto um espaço preferencialmente voltado ao turismo e ao consumo “eventualmente repulsivo às actividades quotidianas e aos cidadãos locais” permite realmente ser sustentável no sentido de trazer reais benefícios à comunidade? É interessante levantar tais questionamentos, salientando que vários processos de restauração que visam especificamente ao turismo e à mercantilização acabam funcionando como “alegoria nas situações em que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, as cores garridas das fachadas recuperadas”, contrastam com “o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma ideia abstracta de qualidade de vida” (Peixoto 2003, 222). Talvez o mais simbólico e triste exemplo de tal prática seja o processo de recuperação do Pelourinho em Salvador na Bahia, no qual o bem-estar da comunidade que residia não foi pensada de modo

¹² O termo “Lugares de memória” foi concebido originalmente pelo historiador francês Pierre Nora para uma coleção de textos da qual foi coordenador, denominado *Les lieux de mémoire*. Segundo o historiador os “Lugares de Memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...) são lugares, efetivamente, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente em graus diversos. Inclui um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação lhe confere uma aura simbólica. (Nora 1993, 13).

sustentável, ocorrendo, inclusive, a remoção dos antigos moradores da região. (Cifelli 2016, 234-252).

Nesse sentido, mesmo não sendo totalmente perfeito (será que alguma proposta o é?), a sugestão de uma política sustentável apoiada no Patrimônio, no Turismo e na internacionalização da marca “Universidade de Coimbra”, deu um bom exemplo de como aproveitar o potencial de um Patrimônio Cultural ligado à uma Universidade-cidade, o que não ocorre na maior parte das Instituições de ensino Superior e cidades no Brasil, que poderiam explorar positivamente seus bens. Fica mais que comprovado por iniciativas como essas que tais espaços devem utilizar o turismo na difusão internacional em prol não só da preservação, mas também, dos principais objetivos de instituições de ensino superior, que envolvem a participação da comunidade acadêmica em atividades de (re)valorização do espaço social e das memórias de que fazem parte, possibilitando o desenvolvimento cognitivo e prático do saber, por meio de pesquisas e da produção de conhecimento, além de ampliar a prática e o gosto pela preservação do Patrimônio Cultural. Iniciativas primordiais para construção da cidadania e situação mais que urgente num momento em que tal virtude está tão deturpada diante da atual realidade política de nosso país.

Assim, acredita-se que entender e estudar a experiência consolidada de Coimbra e de sua Universidade em tais práticas ajuda a dar ainda mais dinamismo aos projetos e atividades desenvolvidas em torno do tema, podendo abrir o leque de possibilidades de envolvimento comunitário no próprio processo de pesquisa, preservação, recuperação e restauração dos bens e das práticas culturais e sociais de uma localidade.

O contexto internacional contribui para isso, pois com o desenvolvimento da paradiplomacia, espaços como Universidades, Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa se tornam cada vez mais interlocutores válidos no jogo político e econômico internacional. Mas, deve-se estar atento para evidenciar que tal tarefa não é simples, pois durante a pesquisa ficou claro que o diferencial de toda essa operação se deve ao fato de que tal prática não se concentrou na questão meramente econômica, mas sim num planejamento sustentável, visando, para tanto, buscar, também, as benesses sociais, culturais e educacionais que tal iniciativa pode trazer para a comunidade que a cerca.

Referências bibliográficas

Aguiar-Conraria, Luís, Alexandre Fernando e Manuel Correia de Pinho. “O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual”. *Análise Social*, 203, (2012): 298-321.

Almeida, Maisa. “Processos Urbanos de Patrimonialização Mundial: espaços de contradição e resignificação dos tecidos urbanos patrimoniais. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

Barbuy, H. “A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise”. *Anais do Museu Paulista*, 3, n.1, (1995): 209-236. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141995000100019>

Barão, G. R. “Cultura e diplomacia cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais”. *Monções: Revista de Relações Internacionais*, 3, n. 5, (2014): 74-102.

Bloch, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Brites, Joana Rita da Costa. *Arquitetura da CGDCP: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

Brites. *O capital da arquitetura: Estado Novo, arquitetos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

Certeau, Michel. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Christofolletti, Rodrigo, org. *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

Christofolletti, Rodrigo. 2017. “Patrimônio como Esteio das relações Internacionais”. Anais do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil. Belo Horizonte, Brasil, maio de 2017.

Cifelli, Gabrielli. “Imagem, representação e o uso turístico do Patrimônio Mundial: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)”. Tese Doutorado. Campinas, Unicamp, 2016.

Coimbra. “Documento do dossiê de Candidatura da Universidade de Coimbra a Patrimônio da UNESCO”, versão digital, composto por sete volumes: Candidatura a Patrimônio Mundial; Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Execução; Planos Diretores; e Zona de Proteção. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=852336>. Acesso em 10 jun. 2014.

Daniel, Ana Cristina Marques. “Caracterização do Sector Turístico em Portugal”. *Têkne*, 14, (2010): 255-276.

Franca, Thais; Padilla, Beatriz. “Acordos bilaterais de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal: Internacionalização ou (pós) colonização universitária?”. *Revista Universidades*, n. 69 (2016): 57-73.

Foucault, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Gasic, Diana. “Internacionalização do Ensino Superior em Portugal através dos programas Europeus de Mobilidade”. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2016.

Hollanda, Bernardo Buarque de. “Prefácio”. Em *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*, org. Christofolletti, Rodrigo, 9-12. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

Junqueira, Cairo Gabriel Borges. “Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil”. *Revista Bib*, São Paulo, n. 83 (fevereiro de 2018): 43-68.

Nye J. S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs. 2004.

Nora, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10 (1993): 7-28.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992.

Marujo, Noémi, Jaime Serra e Maria do Rosário Borges. “Turismo Cultural em Cidades Históricas: a Cidade de Évora e as Motivações do Turista Cultural”. *Revista de Investigación em Turismo y Desarrollo local*, 6, n. 14 (2013).

Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, (2003): 11-36. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>

Moutinho, Mário. “Sobre o Conceito de Museologia Social”. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.1, n.1: (1993).

Paiva, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Peixoto, Paulo. 2003. “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”. Colóquio: A cidade entre projectos e políticas. Porto, Portugal, junho de 2003.

Pires, Catarina Pereira, e Gilberto Gonçalves Pereira. O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Valorização de um património científico secular. Em *Coleções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*, org. Granato, Marcus, e Marta Lourenço, 285-210. Rio de Janeiro: Editora MAST, 2010.

Portugal. Assembleia da República. Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro de 2001. A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. *Diário da República*. 1ª. série A.n.º 209, 8 Set. 2001.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Conselho de Ministros. Resolução n. 74, de 16 de abril de 2013. No processo de revisão do atual PENT, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril, iniciado em 2010, identificou-se também a necessidade de antecipar e incorporar o impacto da evolução global da economia e decorrentes alterações – quantitativas e qualitativas – do comportamento do consumidor, com impacto na evolução da procura turística até 2015. *Diário da República*, 1ª. série, n. 74, 16 Abr. 2013.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Decreto Lei n. 115, de 25 de maio de 2012. O presente decreto- lei representa um contributo para a concretização da política enunciada, em consonância com o disposto na orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, no que respeita aos serviços e organismos para a área da cultura, através da criação da estrutura orgânica da Direção Geral do Património Cultural, que, entre outros aspetos, sucede nas atribuições do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., com exceção das atribuições nos domínios das ações regionais e locais de salvaguarda e acompanhamento do património arqueológico, nas relativas à emissão de parecer sobre os planos, projetos, trabalhos e intervenções nas zonas de protecção dos imóveis classificados ou em vias de classificação que não lhe estejam afetos e no domínio do acompanhamento e fiscalização das obras e intervenções em imóveis situados naquelas zonas de protecção. *Diário da República*, 1ª. série, n. 102, 25 maio 2012.

Portugal. Secretário de estado do turismo de Portugal. Ministério da Economia e da Inovação. *Plano Estratégico Nacional de Turismo*, n. 1, de 15 de fevereiro de 2007. O principal objetivo deste plano, para além do crescimento económico, é destacar Portugal, a nível europeu, como destino turístico. A principal funcionalidade do PENT é criar uma ligação entre as políticas definidas no sector turístico e outras áreas, como no ordenamento do território, 15 Fev. 2007.

Portugal. *Projeto Cluster de Turismo*. Lisboa. 16 ago.2017. Disponível em: <http://institucional.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/ficha-projeto-cluster-turismo-competec.pdf>. Acesso em 28 jun.2020.

Portugal. Turismo de Portugal. Plano n. 3. O Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, constitui o referencial estratégico que estabelece os objetivos e as prioridades de investimento para o Turismo do País e das Regiões, especificamente para o ciclo de programação comunitária 2014-2020 – Portugal 2020. *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, 2 Dez. 2013.

Rosamaninho. *O poder da arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Editora IUC, 2006. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0377-3>

Sousa, Manoel Jorge Nunes de. “Património e Turismo: desafios de uma microempresa de turismo receptor”. Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2016.

UNESCO. “Étude sur les dispositions juridiques nécessaires pour assurer la protection du patrimoine monumental ou naturel des États” de 26 de janeiro de 1968, documento sobre a adoção de medidas em escala internacional, princípios técnicos, científicos e jurídicos aplicáveis no campo de proteção dos bens culturais, dos monumentos e dos sítios, em um estudo sobre as disposições jurídicas necessárias para assegurar a proteção do patrimônio monumental. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1968/shc-cs-27-8f.pdf>. Acesso em 9 jul. 2020.

Varine, Hughes. “O Ecomuseu”. *Ciências & Letras- Revista da Faculdade Porto Alegre de Educação*, 1, n. 27 (2000): 61-90.

Recebido: 01 de maio de 2020

Aprovado: 30 de julho de 2020